

Asa Briggs e Peter Burke

Uma história social da mídia

De Gutenberg à internet

3ª edição revista e ampliada

Tradução:

Maria Carmelita Pádua Dias

Depto. Letras/PUC-Rio

Revisão técnica:

Paulo Vaz

ECO/UFRJ

*Ao Emmanuel College,
em agradecimento pelo apoio à minha pesquisa por mais de trinta anos*

Título original:

A Social History of the Media

(From Gutenberg to the Internet)

Tradução autorizada da reimpressão da terceira edição publicada
em 2009 por Polity Press em associação com Blackwell Publishing Ltd.,
de Oxford, Inglaterra.

Copyright © 2002, 2006, 2009 Asa Briggs e Peter Burke

Copyright da edição brasileira © 2004, 2006, 2016:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua Marquês de S. Vicente 99 – 1ª | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ

tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Tradução do capítulo 7: Carlos Alberto Medeiros

Capa: Sérgio Campante

Edições anteriores: 2004, 2006

CIP-Brasil. Catalogação na publicação

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Briggs, Asa

B864h Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet/Asa Briggs, Peter Burke;
3. ed. tradução Maria Carmelita Pádua Dias. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

il.

Tradução de: A social history of the media (from Gutenberg to the internet)

ISBN 978-85-378-1513-7

1. Comunicação de massa – História. 2. Comunicação de massa – Aspectos so-
ciais. I. Burke, Peter. II. Dias, Maria Carmelita Pádua. III. Título.

Introdução

De acordo com o *Oxford English Dictionary*, foi somente na década de 1920 que as pessoas começaram a falar de “mídia”. Uma geração depois, nos anos 1950, passaram a mencionar uma “revolução da comunicação”. O interesse pelos meios de comunicação, porém, é muito mais antigo. A retórica – arte de se comunicar oralmente e por escrito – era muito valorizada na Grécia e na Roma antigas. Foi estudada na Idade Média e com maior entusiasmo no Renascimento.

A retórica, incluindo a que se ocupa do discurso político, também era muito incentivada nos séculos XVIII e XIX, quando começaram a surgir novas ideias importantes. O conceito de “opinião pública” surgiu no final do século XVIII, e a preocupação com as “massas” pode ser observada a partir do século XIX, na época em que os jornais – cuja história é aqui apresentada em todos os capítulos – ajudavam a moldar uma consciência nacional, levando as pessoas a ficarem atentas aos outros leitores.

Na primeira metade do século XX, especialmente pela eclosão das duas guerras mundiais, teve início o interesse acadêmico pelo estudo da propaganda. Na Alemanha, Walter Benjamin (1892-1940) publicou um importante ensaio intitulado “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (1936). Enquanto isso, membros da chamada Escola de Frankfurt, fundada por Theodor Adorno (1903-69) e Max Horkheimer (1895-1973), desenvolveram uma “teoria crítica” que chamaram de “indústria cultural” antes de serem obrigados a deixar o país após a chegada de Hitler ao poder e se reagruparem nos Estados Unidos.

Mais recentemente alguns teóricos ambiciosos, desde o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009) até o sociólogo alemão Niklas Luhmann (1927-98), ampliaram ainda mais o conceito de “comunicação”. Lévi-Strauss escreveu sobre trocas de mercadorias e mulheres; Luhmann, sobre poder, dinheiro e amor, assim como muitos outros *Kommunikationsmedien*. Se assim é, os leitores devem estar se perguntando, o que no mundo não é comunicação? Por outro lado, essa história se restringirá à comunicação de informação, ideias e entretenimento sob a forma de palavras e imagens, por meio de fala, escrita, música, publicações, telégrafo e telefone, rádio, televisão e, há pouco tempo, internet. Além disso, a comunicação física também será considerada.

De modo significativo, foi durante a era do rádio que o mundo acadêmico começou a reconhecer a importância da comunicação oral na Grécia antiga e na Idade Média europeia, assim como na África e em outros lugares. O início da

idade da televisão, na década de 1950, deu origem à comunicação visual e estimulou a emergência de teorias interdisciplinares da mídia. Realizaram-se estudos nas áreas de economia, história, literatura, arte, ciência política, psicologia, sociologia e antropologia, o que levou à criação de departamentos acadêmicos de comunicação e estudos culturais. Frases bombásticas envolvendo novas ideias foram criadas por Harold Innis (1894-1952), que escreveu sob o “viés das comunicações”; por Marshall McLuhan (1911-80), que falou da “aldeia global”; por Jack Goody (1919-), que traçou a “domesticação da mente selvagem”; e por Jürgen Habermas (1929-), o sociólogo alemão, associado em determinado momento à Escola de Frankfurt, que identificou a “esfera pública”, uma zona para o “discurso” no qual as ideias são exploradas e “uma visão pública” pode se expressar.

Este livro propõe que, seja qual for o ponto inicial, as pessoas que trabalham com comunicação e estudos culturais – em número ainda crescente – devem levar em consideração a história; e que aos historiadores – de qualquer período ou tendência – cumpre levar em conta seriamente a teoria e a tecnologia da comunicação.

Alguns fenômenos da mídia são mais antigos do que em geral se imagina, como se pode ver nos dois exemplos seguintes. As séries atuais de televisão copiam o modelo das novelas radiofônicas, que, por sua vez, se moldam nas histórias em capítulos de revistas do século XIX (alguns romancistas, como Dickens e Dostoiévski, publicaram originalmente seus trabalhos dessa maneira). Algumas das convenções das histórias em quadrinhos do século XX seguem direta ou indiretamente uma tradição visual ainda mais antiga. Os balões com falas podem ser encontrados em publicações do século XVIII, que, por sua vez, são uma adaptação dos textos em forma de rolo que saíam das bocas da Virgem e outras figuras da arte religiosa medieval (figura 1). São Marcos, na pintura de Jacopo Tintoretto (1518-94) conhecida como *O milagre de são Marcos*, é representado como o Super-Homem das revistas em quadrinhos, com quatrocentos anos de antecedência, mergulhando de cabeça do Céu para resgatar um cristão cativo (figura 2).

Denúncias da nova mídia seguem um padrão semelhante, não importando se o objeto é a televisão ou a internet. Elas nos remetem a debates antigos sobre os efeitos prejudiciais dos romances sobre os leitores e de peças teatrais sobre o público já no século XVI: os autores eram acusados de alimentar o ímpeto das paixões. São Carlos Borromeo (1538-84), arcebispo de Milão, descreveu as peças de teatro como “uma liturgia do diabo”, enquanto o primeiro capítulo de *Four Arguments for the Elimination of Television* (1977), de Jerry Mander, intitulava-se “A barreira da besta”. O papel da imprensa – e dos jornalistas que vivem dela – sempre foi controverso. A falta de confiança nos “jornalistas” já era lugar-comum no século XVII. As “denúncias de corrupção” também são antigas.



FIGURA 1. Anônimo, *A visão de são Bernardo*, Livro das horas, c.1470.



FIGURA 2. Tintoretto, *O milagre de são Marcos*, 1548.

Apesar de todas essas ligações, este livro se concentrará em mudanças na mídia. Na apresentação dessas mudanças, será feita uma tentativa de evitar dois perigos: o de afirmar que tudo piorou ou admitir que houve um progresso contínuo. De todo modo, a suposição de que as tendências seguiram em uma mesma direção deve ser rejeitada, embora os escritores que nelas acreditam tenham sido muitas vezes eloquentes e brilhantes em seus campos de atuação. O historiador italiano Carlo Cipolla, em seu estudo *Letramento e desenvolvimento no Ocidente* (1969), deu ênfase à contribuição da capacidade de ler e escrever para a industrialização e, mais genericamente, para o “progresso” e a “civilização”, sugerindo que “a difusão da capacidade de ler e escrever significava ... uma atitude mais racional e mais receptiva diante da vida”.

Nesse sentido, o trabalho de Cipolla é representativo de uma fé na “modernização” típica de meados do século XX, crença subjacente às campanhas de alfabetização organizadas pela Unesco e pelos governos de países do Terceiro Mundo, como Cuba – da mesma forma que em livros como *The Passing of Traditional Society* (1958), de Daniel Lerner, um estudo, hoje datado, da modernização do Oriente Médio que dedicou especial atenção ao que o autor chamou de “participação da mídia”. Devemos lembrar, porém, que o termo “moderno” (cunhado, paradoxalmente, na Idade Média) tem muitos significados e uma longa história.

Os problemas levantados por esse tipo de abordagem exigem algum debate, assim como as declarações de que a internet e seu potencial representam uma agência de “democratização”. Não é possível nessa altura de sua história concluir que, pela facilidade de acesso e pela transformação “a partir de baixo”, ela desempenhará um papel renovador a longo prazo. Alguns críticos até temem que a internet mine todas as formas de “autoridade”, afete negativamente o comportamento e ameace a segurança individual e coletiva. Por diferenças de perspectivas e percepções, alguns especialistas em estudos de mídia, por conseguinte, têm posto em evidência de modo correto o que chamam de “debates da mídia”, que englobam temas específicos e processos a longo prazo.

Uma história relativamente curta como essa deve ser muito seletiva e privilegiar alguns temas, em detrimento de outros; dentre os selecionados destacam-se alguns como o papel da esfera pública, a obtenção e difusão de informação, o crescimento das redes e a chegada do entretenimento na mídia. A obra também deve se concentrar na mudança em lugar da continuidade, embora lembre aos leitores de quando em quando que, ao se introduzirem novas mídias, as mais antigas não são abandonadas, mas ambas coexistem e interagem. Com o surgimento das publicações impressas, os manuscritos continuaram sendo importantes, como aconteceu com os livros e o rádio na idade da televisão. A mídia precisa ser vista como um sistema, um sistema em contínua mudança, inclusive

de ordem tecnológica, no qual elementos diversos desempenham papéis de maior ou menor destaque.

Temos aqui essencialmente uma história social e cultural que inclui política, economia e – também – tecnologia. Ao mesmo tempo rejeita o determinismo tecnológico baseado em simplificações enganosas (ver p.24-5 e 29). Fomos influenciados, de início, pela famosa fórmula clássica, simples e digna de merecimento, proposta pelo cientista político norte-americano Harold Lasswell (1902-78). Ele descreve a comunicação em termos de quem diz o quê, para quem, em que canal, com que efeito. O “quê” (conteúdo), o “quem” (controle) e o “para quem” (audiência) têm o mesmo peso. “Onde” também interessa. As reações dos diferentes grupos de pessoas sobre o que ouvem, veem ou leem exigem estudo permanente. O tamanho dos diferentes grupos – e mesmo se eles constituem uma “massa” – também é relevante. A linguagem das massas surgiu durante o século XIX e nos lembra que o “para quem” de Lasswell deve ser considerado em termos de “quantos”.

Intenções imediatas, estratégias e táticas dos comunicadores precisam estar sempre relacionadas ao contexto no qual operam, assim como as mensagens que transmitem. Os efeitos a longo prazo, especialmente as consequências surpreendentes e involuntárias do uso de determinado meio de comunicação, são mais difíceis de separar, mesmo que haja um distanciamento em razão do tempo decorrido. Na verdade, o próprio uso do termo “efeito” é controverso, pois implica uma relação de causa e efeito em uma só direção. As palavras “rede” e “web” já estavam em uso no século XIX.

Este livro tem como foco o mundo ocidental moderno a partir do século XV. A narrativa começa com a impressão (c.1450), e não com o alfabeto (c.2000 a.C.), a escrita (c.5000 a.C.) ou a fala. Apesar da importância muitas vezes atribuída a Johann Gutenberg (c.1400-68), em quem os leitores de um jornal inglês votaram como o “homem do milênio” (*Sunday Times*, 28 nov 1999), não há evidência ou marco zero do começo da história. Assim, algumas vezes será necessário voltar no tempo até os mundos antigo ou medieval. Naquela época a comunicação não era imediata, mas já atingia todos os pontos do mundo conhecido.

O canadense Harold Innis foi um dos vários acadêmicos do século XX a apontar a importância da mídia no mundo antigo. Economista de formação, fez fama com a chamada “teoria da matéria-prima” do desenvolvimento canadense, ressaltando o domínio sucessivo do comércio de peles, peixe e papel e os efeitos desses ciclos na sociedade canadense. “Cada produto básico deixa sua marca, e a mudança para novos produtos invariavelmente traz períodos de crise.” Ao fazer uma pesquisa sobre o papel, chegou à história do jornalismo; pesquisando sobre o Canadá – onde as comunicações tiveram importância capital para o de-

envolvimento econômico e político colonial e pós-colonial –, chegou à história comparativa dos impérios e seus meios de comunicação, desde a Antiguidade, com Egito e Assíria, até o presente. Em sua obra *Empire and Communications* (1950), Innis conta, por exemplo, que o Império Assírio foi pioneiro na construção de estradas; dizia-se que uma mensagem podia ser mandada de qualquer lugar para o centro, e a resposta chegaria no prazo de uma semana.

Como bom historiador de economia, quando escreveu sobre a “mídia”, Innis se referia aos materiais usados para a comunicação, contrastando os relativamente duráveis – como pergaminhos, argila e pedra – com produtos razoavelmente efêmeros – como papiros e papéis (mais adiante, as seções sobre as chamadas “idades” do vapor e da eletricidade irão sublinhar o ponto de vista de Innis a respeito da matéria na mídia de comunicação). Ele chega a sugerir que o uso dos materiais mais pesados, como ocorreu na Assíria, levou à adoção de um viés cultural com relação ao tempo e às organizações religiosas; enquanto os materiais mais leves podiam ser transportados com rapidez a distâncias maiores, resultando em uma tendência relacionada a espaço e organizações políticas. Parte da história inicial que Innis apresenta é frágil, e alguns de seus conceitos são mal definidos; mas suas ideias permanecem, assim como a ampla abordagem comparativa, como estímulo e inspiração para os próximos pesquisadores desse campo. Espera-se que futuros historiadores analisem as consequências do uso de plástico e fios, algumas delas devastadoras, da mesma forma como Innis fez com a pedra e o papiro.

Outro conceito central na teoria pioneira de Innis foi a ideia de que cada meio de comunicação tendia a criar um perigoso monopólio de conhecimento. Antes de decidir ser economista, ele pensou seriamente em tornar-se pastor batista. O interesse do economista na competição, no caso competição entre diferentes tipos de mídia, estava ligado à radical crítica protestante da politicagem do clero. Argumentava ele que o monopólio intelectual dos monges da Idade Média, baseado em pergaminhos, foi solapado pelo papel e pela impressão gráfica, do mesmo modo que o “poder do monopólio sobre a escrita” exercido pelos sacerdotes egípcios na idade dos hieroglifos havia sido subvertido pelos gregos e seu alfabeto.

No entanto, no caso da Grécia antiga, Innis enfatizou mais a fala do que o alfabeto. “A civilização grega”, escreveu, “era um reflexo do poder da palavra falada.” A esse respeito, ele compartilhou a abordagem de um colega seu de Toronto, Eric Havelock (1903-88), cujo *Preface to Plato* (1963) focava na cultura oral dos primeiros gregos. Os discursos na Assembleia de Atenas e as peças teatrais recitadas nos anfiteatros a céu aberto foram elementos importantes da antiga civilização grega. Nela, assim como em outras culturas orais, canções e histórias tinham forma muito mais fluida do que fixa, e a criação era coletiva,

no sentido de que cantores e contadores de histórias continuamente adotavam e adaptavam temas e frases uns dos outros. Os acadêmicos fazem o mesmo hoje em dia, embora o plágio seja censurado e nossas concepções de propriedade intelectual exijam que as fontes de empréstimo sejam indicadas, ao menos em nota de rodapé.

Ao esclarecer o processo de criação, Milman Parry (1900-35), professor de Harvard, argumentava que a *Iliada* e a *Odisseia* – embora tenham sobrevivido até hoje somente porque foram passadas para o papel – eram essencialmente improvisadas como poemas orais. Para testar sua teoria, Parry fez um trabalho de campo nos anos 1930 na Iugoslávia rural (como era na época), gravando performances de poetas narradores com um gravador de rolo (o predecessor do gravador de fita). Analisou as fórmulas recorrentes (em frases como “mar escuro como vinho”) e temas recorrentes (como um conselho de guerra ou o modo de armar um guerreiro), elementos pré-fabricados que permitiam aos cantores improvisar histórias durante horas.

No trabalho de Parry, desenvolvido por seu antigo assistente Albert Lord no *The Singer of Tales* (1960), a Iugoslávia, e por analogia a Grécia homérica, ilustrava os aspectos positivos das culturas orais, muitas vezes desconsideradas – e ainda o são – como meramente “iletradas”.

A visão atual amplamente adotada pelo mundo acadêmico é de que a antiga cultura grega foi moldada pelo domínio da comunicação oral. Ainda assim, em suas expedições, Alexandre, o Grande (356-323 a.C.), levava consigo um porta-joias com a *Iliada* de Homero, enquanto uma grande biblioteca, com cerca de meio milhão de manuscritos, foi erguida na cidade que recebeu seu nome, Alexandria. Não é acidental que, associada a essa vasta biblioteca de manuscritos, que forneceu informações e ideias de diferentes indivíduos, lugares e épocas para serem superpostas e comparadas, tenha se desenvolvido uma escola de críticos que utilizava os recursos da biblioteca para incrementar práticas que só se disseminariam na era dos impressos (ver p.32).

Imagens, especialmente estátuas, eram outra importante forma de comunicação e mesmo de propaganda no mundo antigo, sobretudo em Roma na era de Augusto. Essa arte oficial romana influenciou a iconografia dos primórdios da Igreja católica: a imagem de Cristo “em sua majestade”, por exemplo, era uma adaptação da figura do imperador. Para os cristãos, as imagens eram tanto um meio de transmitir informação como de persuasão. Conforme afirma o teólogo grego Basil de Caesarea (c.330-379), “os artistas fazem tanto pela religião com suas pinturas quanto os oradores com sua eloquência”. De maneira semelhante, o papa Gregório, o Grande (c.540-604), dizia que as imagens serviam para aqueles que não sabiam ler – a maioria – da mesma maneira como a escrita servia para

aqueles que liam. Beijar uma pintura ou uma estátua era um modo comum de expressar devoção, o que ainda hoje se vê nos mundos católico e ortodoxo.

Foi a Igreja bizantina que chegou mais próximo dos antigos modelos. Cristo era representado em sua majestade como Pantocrator (“o senhor de todos”), nos mosaicos que decoravam o interior dos domos das igrejas bizantinas. Desenvolvida em uma parte da Europa onde o analfabetismo era muito grande, a cultura bizantina foi também a cultura dos ícones pintados de Cristo, da Virgem e dos santos. Um abade do século XVIII declarou: “Os evangelhos foram escritos com palavras, mas os ícones, com ouro.” O termo “iconografia” foi transmitido para a cultura erudita e mais tarde, no século XX, para a popular, em que “ícone” se refere a uma celebridade secular, como – aliás apropriadamente – a cantora pop Madonna.

Os ícones bizantinos podiam ser vistos em casas, nas ruas e nas igrejas, onde eram colocados em lugares próprios, com portas afastando os leigos do santuário. Não havia essa separação nas igrejas católicas romanas. Em ambas as fés, o simbolismo era um aspecto da arte religiosa e das mensagens que transmitia, mas em Bizâncio, ao contrário do Ocidente até a Reforma, o ensinamento pela cultura visual esteve sob ataque, e as imagens eram algumas vezes encaradas como ídolos e destruídas por iconoclastas (destruidores de imagens), em um movimento que alcançou seu clímax no ano de 726.

O islã, uma cultura oral transmitida por meio de repetição e educação superior, que dependia da comunicação face a face entre mestres e discípulos, banuiu o uso da figura humana na arte religiosa – assim como o judaísmo; por isso mesquitas e sinagogas pareciam tão diferentes de igrejas. No entanto, na Pérsia, a partir do século XIV, figuras humanas junto a pássaros e animais ressaltavam nas iluminuras que vieram a florescer nos impérios Otomano e Mogul da Índia. Elas eram fábulas ou histórias ilustradas. Os mais famosos exemplos de tais ilustrações no Ocidente foram os bordados, como os da *Tapeçaria Bayeux* (c.1100), que descreve vividamente a conquista normanda da Grã-Bretanha em 1066, em uma peça de aproximadamente sete metros de comprimento que mostra uma narrativa visual, às vezes comparada a um filme no que diz respeito a suas técnicas e efeitos (figura 3).

Nas catedrais da Idade Média, as imagens esculpidas em madeira, pedra ou bronze e figurando em vitrais formavam um poderoso sistema de comunicação. No romance *O corcunda de Notre Dame* (1831-32), Victor Hugo descreveu a catedral e o livro como dois sistemas rivais: “Isto matará aquilo.” De fato os dois sistemas coexistiram e interagiram durante longo período, como mais tarde os manuscritos e os impressos. “Para a Idade Média”, de acordo com o historiador de arte francês Emile Mâle (1862-1954), “a arte era didática”. As pessoas aprendiam a partir das imagens “tudo o que era necessário saber – a história do mundo



FIGURA 3. Tapeçaria anônima, *Apocalipse*, século XIV.

desde a criação, os dogmas da religião, os exemplos dos santos, a hierarquia das virtudes, o âmbito das ciências, artes e ofícios: tudo era ensinado pelas janelas das igrejas ou pelas estátuas dos pórticos”.

O ritual era um outro destacado meio de comunicação medieval, e se manteve firme em contextos posteriores. A importância dos rituais públicos na Europa, inclusive os celebrados em festivais, durante os mil anos que vão de 500 a 1500, é explicada (de modo perceptível, apesar de inadequado) pelo baixo índice de letramento da época. O que não podia ser anotado devia ser lembrado, e o que devia ser lembrado devia ser apresentado de maneira fácil de se apreender. Rituais elaborados e teatrais – como a coroação de reis e a homenagem de vassalos ajoelhados em frente a seus superiores sentados – demonstravam para quem via a cena que havia ocorrido um evento importante. Transferências de terras podiam ser acompanhadas por presentes, objetos simbólicos como um pedaço de turfa ou uma espada. O rito, e seu forte componente visual, era uma forma superior de publicidade, e ainda seria na idade dos eventos televisivos, como a coroação da rainha Elisabeth II. A palavra “espetáculo”, comumente usada no século XVII, foi ressuscitada no século XX (ver p.272, 273).

No entanto, a Europa medieval, assim como a Grécia antiga, sempre foi considerada uma cultura essencialmente oral. Os sermões eram um meio importante de disseminar informação. O que hoje chamamos de literatura me-

dieval teve sua produção, nas palavras de um estudioso pioneiro nesse tema, o decano de Cambridge H.J. Chaytor, voltada para um “público ouvinte, e não para um público leitor”. Em *From Script to Print* (1945), explicou que, se a sala de leitura da (digamos) Biblioteca Britânica fosse totalmente ocupada por leitores medievais, “o ruído dos sussurros e murmúrios seria intolerável”. Os relatos medievais eram realizados em uma “audição” no sentido literal, pois alguém os ouvia, enquanto eram lidos em voz alta. O mesmo acontecia com poemas de todos os tipos, monásticos ou seculares. A saga islandesa referente a um passado que não o greco-romano recebeu esse nome por ser lida em voz alta, ou seja, falada ou “dita”.

Foi somente pouco a pouco, a partir do século XI, que a escrita começou a ser empregada por papas e reis para uma variedade de propósitos práticos, enquanto a confiabilidade na escrita como registro (conforme Michael Clanchy mostrou em *From Memory to Written Record*, 1979) se desenvolveu ainda mais lentamente. Por exemplo, na Inglaterra, em 1101, algumas pessoas preferiam confiar na palavra de três bispos a confiar em um documento do papa, que descreviam com desdém como “peles de carneiros castrados escurecidas com tinta”. No entanto, apesar desses exemplos de resistência, a penetração gradual da escrita na vida cotidiana do fim da Idade Média teve consequências importantes. Inclusive na mudança de costumes tradicionais por leis escritas, no surgimento da falsificação, no controle da administração por escriturários (clérigos instruídos) e, como salientou Brian Stock em *The Implications of Literacy* (1972), no surgimento de hereges. Estes justificavam suas opiniões não ortodoxas baseando-se nos textos bíblicos, e portanto ameaçando o que Innis chamou de “monopólio” do conhecimento pelo clero medieval. Por este e outros motivos, os estudiosos falam do surgimento da cultura escrita nos séculos XII e XIII.

Manuscritos, inclusive iluminuras, foram produzidos em número cada vez mais elevado nos dois séculos anteriores à invenção da impressão gráfica, nova tecnologia introduzida para satisfazer uma demanda crescente por material de leitura. Nos dois séculos anteriores à impressão gráfica, a arte visual também se desenvolveu no que, em retrospecto, foi visto como arte dos retratos. O poeta Dante (c.1265-1321) e o artista Giotto (1266-1330) foram contemporâneos. Ambos eram fascinados pela fama, assim como Petrarca (1304-74), de uma geração posterior, e todos os três alcançaram-na durante a vida. O mesmo aconteceu com Boccaccio (1317-75) e Chaucer (?1340-1400) na Inglaterra. O último escreveu um notável poema, “A casa da fama”, com imagens de sonho tiradas do tesouro de seu cérebro para dizer o que significava a fama. Petrarca escreveu uma “Carta à posteridade”, na qual dava detalhes pessoais, inclusive de sua aparência física,

e orgulhosamente proclamava que “os gloriosos serão gloriosos por toda a eternidade”. A ênfase na permanência seria ainda mais forte na idade da impressão gráfica.

Com o desenvolvimento da comunicação elétrica, iniciada com o telégrafo, no século XIX (ver p.36), surgiu uma percepção de mudança iminente e imediata. Os debates na mídia na segunda metade do século XX estimularam a reavaliação, tanto da invenção da impressão gráfica quanto de todas as outras tecnologias que foram tratadas no princípio como maravilhas. Geralmente aceita-se que as mudanças na mídia tiveram importantes consequências culturais e sociais. Controversos são a natureza e o escopo dessas consequências. São elas primordialmente políticas ou psicológicas? Pelo lado político, favorecem a democracia ou a ditadura? A “era do rádio” foi não somente a era de Roosevelt e Churchill, mas também de Hitler, Mussolini e Stálin. Pelo lado psicológico, a leitura e a visão estimulam a empatia com os outros ou o isolamento em um mundo particular? A televisão e “a rede” aniquilam ou criam novos tipos de comunidades nas quais a proximidade espacial importa pouco?

De novo, as consequências do letramento ou da televisão são mais ou menos as mesmas em qualquer sociedade, ou variam de acordo com o contexto social ou cultural? É possível distinguir culturas da visão, nas quais o que é visto se sobrepõe ao que é ouvido, e culturas da audição, mais ligadas a sons? Cronologicamente, há uma “grande divisão” entre as culturas orais e literárias, ou entre sociedades pré e pós-televisão? Como a máquina a vapor e a industrialização se relacionam com essa divisão? A invenção – assim como a adoção e o desenvolvimento – de locomotivas e navios a vapor fez reduzir o tempo das viagens e ampliou os mercados. David Bodanis deu a seu livro *Electric Universe* (2005) o subtítulo “Como a eletricidade ligou o mundo moderno”, e a eletrônica, palavra que não era usada no século XIX, propiciou o imediatismo como previam os comentaristas da época.

Alguns pioneiros desses debates no século XX deram respostas positivas a questões básicas referentes à comunicação, e não somente Cipolla (ver p.16), mas também teóricos de áreas acadêmicas bastante diferentes, como Marshall McLuhan e seu aluno jesuíta Walter Ong (1912-2003), mais conhecido por sua *Orality and Literacy* (1982). O primeiro logo se tornou famoso, enquanto o outro se contentou em ser padre e acadêmico. Na *Galáxia de Gutenberg* (1962), escrita de forma experimental, em *Os meios de comunicação* (1964) e em outros trabalhos, McLuhan, seguindo seus colegas de Toronto (Innis e Havelock), afirmou a centralidade da mídia, ao identificar e traçar as características específicas – independentemente das pessoas que as usam – das estruturas organizacionais com as quais operam os produtores e dos objetivos para os quais são usadas.

Para McLuhan, que tinha formação de crítico literário, o importante não era o conteúdo da informação, e sim a forma que ela assumia. Embutiu sua interpretação em frases memoráveis como “o meio é a mensagem” e na distinção criada por ele entre mídia “quente”, como rádio e cinema, e mídia “fria”, como televisão e telefone. Mais recentemente outro canadense, o psicólogo David Olson, em *The World of Paper* (1994), usou a expressão “a mentalidade letrada” para resumir as mudanças que as práticas da leitura e da escrita provocaram, segundo ele, no modo como pensamos a linguagem, o espírito e o mundo, do surgimento da subjetividade à imagem do universo como livro.

Ong, mais interessado no contexto, reconheceu sua dívida com a teoria de mídia da Escola de Toronto (o nome, como o da Escola de Frankfurt, é uma lembrança da contínua importância das cidades na comunicação acadêmica). Ele enfatizou as diferenças de mentalidade entre culturas orais e quirográficas, ou “culturas da escrita”, observando, por exemplo, o papel da escrita na “descontextualização” de ideias, ou seja, na sua retirada das situações face a face nas quais foram originalmente formuladas, de modo a aplicá-las em outro lugar.

O antropólogo Jack Goody discutiu as consequências sociais e psicológicas do letramento de maneira similar a Ong. Por exemplo, em seu livro *The Domestication of the Savage Mind* (1977) enfatizou a reorganização ou reclassificação de informação (uma outra maneira de descontextualização possibilitada pela escrita), com base numa análise de listas escritas no Oriente Médio antigo. Trabalhando em seu próprio campo de estudos no oeste da África, salientou a tendência da cultura oral para adquirir o que ele chamou (seguindo o sociólogo John Barnes) de “amnésia estrutural”, isto é, o esquecimento do passado, ou, mais exatamente, a lembrança de um passado que é igual ao presente. Por outro lado, a permanência de registros escritos age como um obstáculo a esse tipo de amnésia, e portanto estimula uma consciência da diferença entre passado e presente. O sistema oral é mais fluido e flexível; o escrito, mais fixo. Outros analistas fizeram observações contundentes sobre as consequências do letramento como condição para a ascensão do pensamento abstrato e crítico (para não mencionar a empatia e a racionalidade).

Essas observações sobre os efeitos do letramento foram contestadas, sobretudo, por outro antropólogo britânico, Brian Street. Em *Literacy in Theory and Practice* (1984), Street criticou não somente o conceito da “grande divisão”, mas também o que chamou de “modelo autônomo” do letramento como “uma tecnologia neutra que pode ser destacada de contextos sociais específicos”. Em seu lugar propôs um modelo de letramentos, no plural, que enfatizava o contexto social de práticas como leitura e escrita e o papel ativo das pessoas comuns que fazem uso dessas aptidões. Tomando exemplos de seu trabalho de campo no Irã,

na década de 1970, fez um contraste entre dois tipos de escolaridade, a arte da leitura do Corão ensinada na escola religiosa e a arte da contabilidade lecionada na escola comercial do mesmo lugar.

Caso semelhante pode ser relatado na Turquia, onde o líder nacional Mustafa Kemal Atatürk (1881-1938) ordenou a troca da notação arábica para o alfabeto ocidental em 1929, declarando que “nossa nação mostrará com sua notação e sua mente que seu lugar é no mundo civilizado”. A troca ilustra vivamente a importância simbólica da mídia de comunicação. Ela também é relacionada à questão da memória, pois Atatürk queria modernizar o seu país, e, mudando a notação, eliminava o acesso da nova geração à antiga tradição. No entanto, nas escolas religiosas que ensinam o Corão, tanto na Turquia quanto no Irã, a notação tradicional arábica ainda é ensinada.

A disputa entre Goody e Street, e a experiência da Turquia, onde um governo islâmico é desafiado por porta-vozes (e soldados) que citam o exemplo de Atatürk, junto com o debate mais recente sobre realidade virtual, que remete a Platão, em que a palavra “realidade” está em jogo (ver capítulo 7), oferece ilustrações claras e sempre pertinentes sobre a necessidade de ultrapassar fronteiras disciplinares. No transcurso de seus trabalhos de campo, os antropólogos têm mais oportunidades do que os historiadores para investigar em profundidade o contexto social, mas menos chances de observar mudanças com o passar dos séculos, enquanto os psicólogos podem ser capazes de discutir os sonhos com mais profundidade do que os filósofos.

É significativo que os jornalistas, baseando-se em sua experiência, tenham um lugar próprio nos estudos sobre mídia, e contribuições importantes foram feitas por Wilbur Schramm (1907-87) e James W. Carey (1934-2006). Antes de passar para a área da comunicação, Schramm fora responsável pelos textos dos discursos de Roosevelt, além de músico de concerto e jogador de beisebol das ligas inferiores. Publicou seu *Communications in Modern Society* em 1948 e prosseguiu nessa linha em 1961, produzindo um estudo conjunto, *Television in the Lives of Our Children*, e, três anos depois, *Mass Media and National Development*. Por experiência própria, incluindo um período em que lecionou na Universidade Chinesa de Hong Kong, Schramm estava familiarizado com a radiodifusão, tanto no Ocidente quanto no Oriente, assim como no que na época se identificava como o “Norte” e o “Sul”: havia escrito um capítulo sobre teoria da imprensa comunista em um livro publicado em 1956. Como reitor da Faculdade de Comunicação em Illinois, na qual havia um departamento de jornalismo, Carey foi, em seus textos, um crítico perspicaz de Innis e McLuhan. Na década de 1970 ele se voltou à relação entre comunicação e cultura e em 1988 publicou seu meticuloso livro *Communication as Culture*.

A partir da década de 1990, as análises da mídia, por antropólogos, historiadores, psicólogos e jornalistas, foram postas de lado pelos escritores (inclusive romancistas e cineastas) e críticos literários como Friedrich Kittler (1943-2011). Kittler, discípulo de Michel Foucault e seu mestre filosófico, Nietzsche, enfatiza os efeitos da nova mídia (especialmente do “gramofone, do cinema e da máquina de escrever”) sobre a cultura. Ele gosta de citar um aforisma de Nietzsche, “nossas ferramentas da escrita também afetam nossos pensamentos”, para afirmar que “a mídia define o que realmente é”, ao mesmo tempo em que sugere que as máquinas substituirão “o assim chamado Homem” na qualidade de agentes. Enquanto isso, ao confrontar os temas levantados no interior da muito utilizada rubrica “globalização”, um jargão da década de 1990, “o clichê de nossa época”, os economistas tendiam a se concentrar nos “indicadores”, no estatisticamente mensurável.

Para historiadores e especialistas em estudos sociais, há uma divisão contínua entre os que enfatizam a estrutura e os que realçam a organização. De um lado, alguns reivindicam que não há consequências do uso do computador em si, pelo menos não mais do que há com o letramento (incluindo o visual e o computacional). Somente há consequências para indivíduos que usam essas ferramentas. De outro lado, há aqueles – tão diferentes entre si como Goody e Kittler – que sugerem que o uso de um novo meio de comunicação inevitavelmente muda a longo prazo, se não antes, a visão das pessoas sobre o mundo. Uma corrente acusa a outra de tratar pessoas comuns como passivas, objetos do impacto do letramento ou da computação. A acusação inversa é tratar a mídia, inclusive a imprensa, como passiva, espelho da cultura e da sociedade, e não como agência de comunicação, transformando tanto uma quanto outra.

Este não é o lugar para tentar dar fim ao debate. Ao contrário, pedimos aos leitores que se lembrem dos pontos de vista alternativos durante a leitura das páginas a seguir. Nenhuma teoria única fornece um guia completo para o reino contemporâneo das “tecnologias de comunicação de alta definição, de interação e mutuamente convergentes”, nas quais as relações, sejam elas individuais ou sociais, locais ou globais, estão em fluxo contínuo.